

ARTIGO

REFLEXÕES SOBRE UMA ZONA DE FRONTEIRA NO SÉCULO XVII: A PROVÍNCIA DO GUAIRÁ E SERTÃO DOS CARIJÓS

REFLECTIONS ON A FRONTIER ZONE IN THE 17TH CENTURY: THE PROVINCE OF GUAIRA AND SERTAO DOS CARIJOS¹

DORA SHELLARD CORRÊA²

RESUMO

Neste artigo examinaremos uma fronteira europeia no sul da América em inícios do século XVII. Singularmente, analisaremos o que os nossos testemunhos expõem sobre as relações de poder e o conhecimento que tinham sobre aquele espaço indígena que buscavam ocupar, dominar, que atravessavam e onde negociavam. Focaremos, principalmente, o norte, noroeste, oeste e sudeste do atual Estado do Paraná que fazia parte, na segunda metade do século XVI até primeiras décadas do século XVII, da Província espanhola do Guairá, área conhecida na América portuguesa como Sertão dos Carijós.

PALAVRAS-CHAVE: Província do Guairá; Sertão dos Carijós; Zona de Fronteira; Território.

ABSTRACT

In this article we will examine a European border in southern America in the early 17th century. Singularly, we will analyze what our testimonies expose about the power relations and the knowledge they had about that indigenous space that they sought to occupy, dominate, that they crossed and where they negotiated. We will focus mainly on the north, northwest, west and southeast of the current state of Paraná, which was part, in

¹ Uma versão deste artigo foi apresentada em 19 de abril de 2018 na Cátedra Jaime Cortesão e Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (LECH)/ USP. Agradeço o convite feito pelas Dras. Íris Kantor e Fernanda P. Fonseca. Sou grata também pelas discussões com o Dr. Jaime T. Oliva sobre os conceitos de fronteira e território.

² Pós doutoranda no IEB/USP. Trabalhou na UEMG/Campanha e UNIFIEO. Desenvolve pesquisas em História Ambiental e História da Paisagem.

the second half of the 16th century until the first decades of the 17th century, of the Spanish Province of Guairá, an area known in Portuguese America as Sertao dos Carijos. **KEYWORDS:** Province of Guaira; Sertao dos Carijos; Frontier Zone; Territory.

Essa imensidão localizada a norte, noroeste, oeste e sudeste do atual Estado do Paraná é um interessante espaço para se discutir o movimento das fronteiras da Europa na América à época do mercantilismo. Relevante, não pelo que a documentação nos apresenta de forma direta, mas pelos detalhes, aqueles comentários do testemunho que são, muitas vezes, uma parte menor do que ele nos contou. Ou aquele dado que, à luz da arqueologia ou antropologia, toma outro sentido, diferente daquele que o narrador quis imprimir (GUINZBURG, 1989). São pequenas minúcias e sinais que indicam ter sido a realidade da fronteira muito mais complexa do que temos descrito. Particularmente, se tivermos em conta que há uma dinâmica indígena em andamento, sobre a qual só temos alguns pequenos e insignificantes vestígios e à qual os europeus terão que se acomodar ou, pelo menos, buscar apreendê-la (MONTEIRO, 1998; CUNHA, 2009). Havemos de lembrar também que nem tudo, aliás pouco, na América Portuguesa foi documentado e preservado. As atividades ilegais e o cotidiano da população pobre estão documentados somente em atos de repreensão formal, quando essas pessoas foram pegas por agentes policiais. Quanto às terras, as fontes oficiais se restringem aos locais onde os agentes do Estado estavam presentes ou onde a elite queria evidenciar a sua própria presença.

A Província do Guairá ou o Sertão dos Carijós, do ponto de vista europeu nos séculos XVI e XVII, era uma fronteira. Fronteira tanto no sentido geopolítico, entre a América espanhola e portuguesa, como no cultural, um espaço de expansão, contato e tensão da cultura de base

européia com culturas indígenas diversas e, portanto, paisagens, hábitos, línguas, formas de espacialização e territorialização variados (HOLANDA, 1994).

Embora os testemunhos, em sua grande maioria jesuítas e agentes da Governação do Rio da Prata e Paraguai,³ do Vice-Reino do Peru, tenham exposto as suas diversidades fitogeográficas – florestas, cerrados, campos, várzeas; étnicas – grupos Jê e Guarani; e políticas – diminutos locais ocupados, explorados e dominados por colonos e jesuítas assim como territórios indígenas, as denominações empregadas - Província do Guairá e Sertão dos Carijós – levam a se pressupor homogeneidades inexistentes. Porém, uma leitura atenta dos documentos indica que as autoridades espanholas, os colonos e os jesuítas não tinham o domínio objetivo e abstrato daquelas terras e gentes e que se acomodavam a esse fato. Da mesma forma, essas terras não eram ocupadas, exploradas e transitadas unicamente por Guarani: os documentos identificam também grupos Jê, nomeados de Gualachos, Camperos e Chiquis.

O Guairá era, em sua maior parte, um espaço indígena sobre o qual europeus e euro-americanos avançavam, onde perambulavam, faziam acordos, cativavam, matavam e guerreavam. Contudo, não tinham um domínio político-militar e paisagístico efetivo daquele espaço. Quando penetraram naquelas terras e se estabeleceram nelas no século XVI, interferiram, direta ou indiretamente, nas dinâmicas existentes, mas também foram obrigados a se conformar a elas. Foram principalmente culturas Jê e Guarani que dominaram, se defrontaram, conviveram e

³ Em 1617, a Governação do Rio da Prata e Paraguai foi dividida em duas: do Rio da Prata e a outra do Paraguai.

transformaram aquele espaço, muitos séculos antes da chegada dos espanhóis e portugueses (NOELLI; CORRÊA, 2016). Foram movimentos desconectados com o incerto perímetro da Província do Guairá ou das colônias espanholas e portuguesa.

A leitura das fontes informa que esse interior da América, como outras tantas zonas de fronteira do continente, foi sendo perambulado, conhecido, disputado, ocupado atomizadamente, mas também perdido. A instabilidade dos povoados fundados, depois abandonados, refundados, transladados não foi em nada incomum na Governança e Província do Rio da Prata e Paraguai no início dos dois primeiros séculos da colonização. No que ficou conhecido como Província do Guairá, foram fundadas: Ontiveros, em 1554; Cidade Real do Guairá, em 1557; Vila Rica do Espírito Santo, em 1570 e Santiago de Xerez, em 1593. Das quatro, Ontiveros foi abandonada, e Vila Rica mudou de localização pelo menos uma vez em 1589, tendo sido seu sítio original abandonado. Talvez tenha depois dado lugar ao Tambo, local de extração de ferro (CORTESÃO, 1951, p. 287). Santiago de Xerez, fundada com gente de Cidade Real do Guairá e de Vila Rica do Espírito Santo, na beira do baixo Ivinhema, foi realocada no mesmo ano para a margem do rio Aquidauana ou Miranda (NOVAIS, 2004). Entretanto, em 1605, havia nessa vila somente 15 homens de armas (HOLANDA, 2014, p. 157). As reduções jesuíticas de São Francisco Xavier e Encarnação deslocaram-se logo depois de seu estabelecimento e, em 1628, falava-se na transferência da redução de São José (CORTESÃO, op. cit., p. 217). Tais movimentos foram justificados pela insalubridade do sítio ou pela falta de aldeias próximas que pudessem sustentar o padre responsável.

As três vilas espanholas foram deixadas pelos colonos e representantes das autoridades coloniais, assim como as reduções de Santo Ignácio, Nossa Senhora do Loreto, Encarnação, São Paulo, Los Angeles, São Tomé e São Miguel (ibid., pp. 316-319) foram abandonadas pelos jesuítas e os índios, no contexto das investidas dos portugueses de São Paulo entre 1629 e 1632. As demais reduções foram invadidas antes de seu abandono. Relatou-se que todas as reduções foram depredadas, as roças foram saqueadas, alguns animais foram consumidos, e as cunhas de ferro, relíquias sacras, roupas, mantas foram pilhadas (idem).

Apesar do impacto das doenças introduzidas pelos europeus; da exploração na colheita e processamento da erva mate e das razias dos portugueses de São Paulo e das malocas dos colonos espanhóis, que resultaram num grande abalo demográfico, a região não se despovoou totalmente dos Jê nem dos Guarani, os quais continuaram a determinar a transformação física daquela amplidão. Pelo menos essa é a conclusão que podemos tirar dos relatórios sobre as entradas dos soldados a mando de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Matheus, ocorridas entre 1768 e 1773 nos Sertões do Tibagi. Os testemunhos relatam seu encontro com grupos Jê nos Campos de Guarapuava, e acusam a existência de indícios Guarani nas matas às margens do rio Paraná (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1956).

Concentrar-nos-emos em três aspectos relacionados às informações que nos foram deixadas por agentes do Estado espanhol e jesuítas do século XVI e XVII sobre essa fronteira, e que expõem a dependência dos espanhóis, portugueses e euro-americanos em relação aos índios e a necessidade de inteirarem-se sobre a organização social e as

dinâmicas políticas e territoriais dessas populações indígenas. Discorreremos particularmente sobre: a delimitação da Província do Guairá, sobre os caminhos e o trânsito dos jesuítas, espanhóis, portugueses e euro-americanos pelas veredas que cruzavam aquelas terras e a percepção de territórios étnicos e cacicados.

A delimitação

Embora tenhamos fixado o nosso foco de atenção em parte da Província do Guairá, especificamente, no norte, noroeste, oeste e sudeste do atual Estado do Paraná, um perímetro limitado pelos rios Iguaçu, Paraná, Paranapanema e Tibagi, onde em 1628, havia duas vilas espanholas, a Ermida Nossa Senhora de Copacabana,⁴ um local de extração de ferro (Tambo) e treze reduções jesuíticas, e inúmeras aldeias Guarani e Jê, é interessante discutir, a princípio, a delimitação daquela província como um todo pelas autoridades espanholas e pelos jesuítas. As inconstâncias dos testemunhos reproduzidos pela historiografia quanto ao desenho do Guairá, reflete a instabilidade dos contatos e acordos com os grupos indígenas locais; a vagarosa ampliação da quantidade de núcleos isolados ocupados (vilas e as reduções) ao longo do tempo; a própria fragilidade das condições de sobrevivência e permanência dos colonos, assim como um desleixo dos testemunhos. Segue abaixo um dos poucos mapas históricos que tem como objeto a Província do Guayra.

⁴ Montoya informa que havia um cura na Ermida Nossa Senhora de Copacabana. Entretanto, não a relaciona entre as reduções que fundaram entre 1610 e 1628 (CORTESÃO, op. cit., p. 293).

Essa indeterminação dos limites do Guairá, característica de terras fronteiriças nos séculos XVI, XVII e XVIII,⁵ reflete-se, ainda hoje, na produção acadêmica sobre essa província. Alguns pesquisadores delimitam a Província do Guairá a partir das reduções jesuíticas estabelecidas (MELIÁ, 1988); outros inscrevem Santiago de Xerez como uma vila do Guairá (VILARDAGA, 2014); outros ainda a estendem até o rio Itararé (JAEGER, 1957); há quem avance pela porção paulista do Paranapanema (NOELLI; TRINDADE, 2003) ao Tietê (GAY, 1942) e, finalmente, há um grande número de estudos que a fixam como as terras cercadas pelos rios Paraná, Tibagi, Iguazu e a porção paranaense do Paranapanema (SCHALLENBERGER, 2005; OSSANA, 2008; CHAGAS, 2010).

Essa última delimitação é a mais comumente adotada, porque dentro dela estão as reduções e as duas vilas espanholas e, portanto, expressiva parte da documentação escrita por agentes espanhóis e jesuítas, e utilizada pelos pesquisadores, trata de acontecimentos ocorridos nessa área. Esse traçado, contudo, nos remete aproximadamente às fronteiras atuais do Estado do Paraná. Há uma ideia subjacente a essa imagem, a saber, que a Província do Guairá, assim como, o Estado do Paraná, foram definidos por questões naturais e não políticas ou administrativas. Ou seja, antes mesmo da própria definição das fronteiras coloniais e mesmo nacionais, já existia a unidade territorial, com fronteiras naturais, que

⁵ Se nos apoiarmos em Lia O. Machado (2002) não se tratava nem de uma questão peculiar à América. Afirma a geógrafa que, somente depois do século XVIII, com os tratados de limites, as fronteiras entre as principais potências europeias começaram a apresentar levantamentos técnicos cartográficos para a demarcação.

somente em 1853 será reconhecida e tomará o nome primeiro de Província (Império) e depois de Estado (República) do Paraná.

Mesmo a linha que separava as colônias espanholas da portuguesa, fixada pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, foi firmada em papel, antes mesmo de se ter noção do continente como um todo. Na prática, no século XVII, não só os Estados europeus desconheciam o interior da América - portanto, onde exatamente a linha atravessava - como não parecia haver condições e preocupação em observá-la rigorosamente. A atenção, no caso do Guairá, era com o caminho que ligava, por terra, São Paulo a Assunção, passando por Vila Rica do Espírito Santo e Cidade Real do Guairá e que possibilitava o contrabando de mercadorias até Potosi. Mas também com a possível e pouco documentada migração de portugueses para as vilas espanholas e de espanhóis para as vilas portuguesas. Por alguns processos de pessoas presas pelas autoridades espanholas de Vila Rica, nota-se que havia traficantes, mas também gente que migrou para o lado espanhol ou para o lado português (VILARDAGA, 2014; 2019).

A descrição feita pelas fontes do perímetro, ou melhor, das localidades que estavam inseridas na Província do Guairá, mostra o vagaroso avanço de uma ocupação espanhola e jesuítica em um punhado de núcleos isolados. A tendência da historiografia tem sido desconsiderar esse isolamento dos núcleos e generalizar a ocupação dos europeus e dos padres para os seus limites de 1629, quando os jesuítas já haviam erigido 13 reduções nas proximidades dos rios Paranapanema, Tibagi, Corumbataí, Ivaí e Piquiri.⁶

⁶ Segue a lista das reduções, com a data de fundação e a localização de cada uma.

Entretanto, esse perímetro estava longe da realidade de 1556, quando foi fundada a Cidade Real do Guairá, na confluência do rio Paraná com o Piquiri. Somente meio século depois foram fundadas as duas primeiras reduções. Mesmo que a ampliação do número de reduções, além de Santo Ignácio e Nossa Senhora do Loreto, já fosse uma intenção dos jesuítas em 1610, devemos lembrar que a organização das outras 11 reduções, nos rios Tibagi, Ivaí, Corumbataí e Piquiri, avançando por florestas pluviais, de araucária e campos, só aconteceu depois de 1625. E, mesmo assim, como abordaremos mais à frente, a localização dessas reduções foi possivelmente determinada pelos índios, consequência, talvez, mais das relações entre os grupos reduzidos com os não reduzidos do que desses com os jesuítas.

Vários são os nomes, que encontramos nas fontes, pelos quais se denominam essas terras. Como aponta o pe. Guilherme Furlong Cardiff: “A toda esta zona, del extremo norte, y próxima al Paraná llamaban de Tebajiba, de Pirapó y de Guairá” (1962, p. 104). As cartas jesuíticas, bem como relatos espanhóis, remetem ainda a outros recortes no interior dessa Província do Guairá que se referem a um rio como Atibagiba, Yparanapanema (CORTESÃO, op. cit., p. 137), a um líder como terras dos Taiaová (ibid., p. 316), ou a um grupo étnico como terras dos Gualachos e Cabelludos (ibid., p. 255). Essas balizas étnicas são registradas

Rio Paranapanema: Nossa Senhora de Loreto do Pirapó ou Nossa Senhora de Loreto (1610), Santo Ignácio ou Santo Ignácio de Mini (1610); rio Tibagi: São José (1625), São Francisco Xavier (1625), Encarnação (1627), São Miguel (1626); rio Ivaí: Santo Antônio (1627), Jesus Maria (1626), São Paulo do Inai (1628); rio Corumbataí: São Tomé (1628), Los Angeles do Tayaobá ou Os 7 Arcanjos (1627); rio Piquiri: Conceção dos Gualachos ou Conceção dos Lanceros Guananas (1627), São Pedro (1627) (CORTESÃO, op. cit.).

em mapas dos séculos XVII e XVIII (BLAEU, 1662; VICENZO, 1692; CHATELAIN, 1732).

A frágil delimitação é parte importante da história da Província do Guairá. Não que seja uma peculiaridade da área: ela não é muito diferente do que acontecia na América como um todo e não só em zonas de fronteira. Expõe, entretanto, a oscilação do povoamento europeu, assim como revela um certo desleixo nos séculos XVI e XVII quanto às referências por escrito e cartográficas a espaços territoriais mais afastados da sede do governo provincial e tenuamente ocupados e controlados.

A documentação jesuítica induz a um perímetro do Guairá, enquanto as fontes produzidas por agentes do Estado espanhol levam à pressuposição de limites divergentes e, também, incertos. Os jesuítas restringem os seus relatos, obviamente, à área abrangida pelas reduções supervisionadas, a partir de 1612, por Antônio Ruiz de Montoya, e tratam a serra e porto de Mandacaju, com seus ervais trabalhados por índios das reduções de Santo Ignácio e Nossa Senhora do Loreto, como uma área periférica (CORTESÃO, op. cit., p. 173). Os documentos administrativos dos espanhóis expandem a província, em alguns momentos, para Santiago de Xerez. Em sua viagem a Assunção para assumir o seu posto de Governador da Província do Paraguai em 1628, Céspedes Xeria, que desembarcou em São Vicente e seguiu, a partir da vila de São Paulo, por rio e por terra, fez um relatório, descrevendo a Província do Guairá e, dentro desta, a vila de Santiago de Xerez e a serra de Mandacaju (ANAIS DO MUSEU PAULISTA, 1922, p. 182).

Essa preocupação com uma delimitação menos promíscua está amparada por concepções descabidas àquela conjuntura. Preocupações

que subvertem a realidade porque sustentadas por parâmetros impróprios, oriundos de outros contextos. A grande preocupação manifesta nas fontes pelos agentes do Estado espanhol e pelos jesuítas era fundamentalmente com os habitantes daquelas terras, mulheres para terem filhos com espanhóis e povoarem as vilas coloniais; mão-de-obra para a exploração da erva-mate; talvez também para extrair ferro no Tambo; almas a cristianizar, especialmente líderes com poder sobre diversos outros chefes para ampliarem o espaço cristianizado e, quem sabe, mão-de-obra para extrair sal.⁷ Intear-se sobre a localização dos diversos grupos indígenas, sua população, suas relações de poder e com outros grupos eram importantes para a exploração dessa mão-de-obra, para a segurança e para concretizar a missão.

Mas, ainda que a Província do Guairá tivesse limites instáveis, esse fato não significa que as autoridades espanholas, colonos, jesuítas, também portugueses de São Paulo e traficantes desconhecem a rede hídrica, o relevo, a vegetação e caminhos dessa porção do Guairá. Jaime Cortesão conclui que os espanhóis possuíam um bom conhecimento da geografia do Guairá ao final do século dezesseis. Para fazer essa afirmação, o historiador português apoiou-se nos documentos da Coleção de Angelis em que são feitas mercês de encomendas a colonos de Vila Rica, localizando inúmeros chefes indígenas e suas aldeias (op. cit., p. 87). Espanhóis, portugueses e euro-americanos, ao que tudo indica, tinham noção daquelas terras tanto em relação aos seus aspectos físicos quanto aos humanos, assim como de muitos dos caminhos que as cruzavam.

⁷ Montoya fala na possibilidade de se estabelecer uma redução numa localidade onde encontraram sal, pois era um mineral que valia muito (ibid., p. 279).

Entretanto, tal fato está longe de significar que as dominassem prática, ideal e militarmente e, sobretudo, que pudessem circular e se fixar livremente naquelas terras. Além disso, boa parte do conhecimento sobre elas permaneceu oral pelo menos até o século XVIII.

Os caminhos e o trânsito pelo Guairá

Os agentes do Estado espanhol, jesuítas, portugueses, euro-americanos que atravessavam essa parte do Guairá no século XVI e XVII, encontravam-se sempre acompanhados e guiados por índios. Eram esses que os direcionavam, que achavam caminhos novos, que sugeriam a mudança de roteiro, que muitas vezes os alimentavam e serviam de intérpretes. Índios aliados, especialmente Guarani, em geral, mediavam o contato de jesuítas, autoridades espanholas e colonos com grupos ainda não contactados. Para fundar Nossa Senhora do Loreto e Santo Ignácio de Mini em locais onde já havia índios encomendados, à frente dos padres Simon Masseta e Joseph Cataldino, foi enviado um vizinho linguará (MONTROYA, 1639, p. 7). Mas, segundo Montoya, índios o aconselharam que, antes de entrar em terras não reduzidas, que fossem enviados “exploradores da terra” para falar sobre o que os padres queriam (ibid., p. 28). E assim ele procedeu depois que chegou ao Guairá em 1612. As informações que temos sobre o estabelecimento das demais reduções, esclarecem que os índios, antes da chegada dos padres, já haviam sido contatados, à exceção do caso em que indígenas vieram buscá-los, a mando de um líder, para criar uma redução próxima à sua aldeia (CORTESÃO, op. cit., p. 238).

Se levarmos em conta que os Guarani “y cada três años por lo menos mudan chacara” (ibid., p. 166), a localização dos grupos indígenas naquele espaço tinha uma temporalidade variada. Portanto, conhecê-los significava também entender e identificar esses movimentos. Assim, para perambular naqueles caminhos, era mais útil e seguro entrar sempre com alguém que também estivesse inteirado desses deslocamentos, do que penetrar fiado apenas em uma noção da rede hídrica, do relevo ou da direção. Cabe acrescentar que ter noção do deslocamento dos índios significava também estar informado sobre suas redes de relações. A realidade política local era muito mutável e interferia no livre trânsito por aquelas terras. Um exemplo é o caso da via ordinária de Assunção para Cidade Real do Guairá que, na segunda metade da década de 1620, estava assolada pelos Guaicuru, naquele momento, inimigos dos espanhóis. Isso obrigou, em 1626, o pe. Nicolau Durán a evitá-la e a fazer outro percurso. A nova trilha foi encontrada pelo índio indicado por Montoya, que lhe servia como guia (ibid., p. 210).

A oscilação do estado de segurança dos caminhos que atravessavam zonas de fronteira em razão de mudanças nas relações entre grupos indígenas e destes com os colonos, já foi apontada por Sérgio Buarque de Holanda em *Monções*. Nessa obra, em que estuda as frotas de comércio entre Porto Feliz e Cuiabá, toca no empecilho que se tornaram, no início século XVIII, no roteiro tomado pelos paulistas em direção às minas de Cuiabá, os Caiapó, próximo à fazenda Camapuã, entre o rio Pardo e o rio Camapuã; os Paiguá no rio Taquari e os Guaicuru, esses depois de passarem a utilizar os cavalos como arma de guerra, na margem

esquerda do rio Paraguai. Aponta as suas alianças, seu rompimento, o comércio com os colonos de Assunção, seus avanços e recuos.

Também o sustento de espanhóis e portugueses que penetravam aquelas veredas parecia depender, em parte, dos índios. Montoya nos relata que, numa de suas andanças, a comida que carregava havia acabado, e os índios que o acompanhavam entraram na mata e voltaram com umas folhas que o alimentaram:

Los otros se fueron por a quel monte, y alcabo de muy poco , volvieron con la comida, traían un buen envoltorio de hongos en unas grandes ojas, y juntamente traya unas raizes de arboles bien grandes, que parecian en el color [...] o otro trajo un grande monojo de ramones de arboles los hongos envueltos en hojas los metieram en el rescaldo, y allí se cocieron, las hojas de arboles las tostaron en su misma rama ala llama del fuego, guisada ya la comida, pusieranme la mesa, y fue de unas hojas que en tierra firme llamam Bihao y son muy grandes allí pusieram las hojas, y los hongos (MONTROYA, op. cit., pp. 42-43).

Ressalta que as folhas tinham gosto de sardinha assada e que comeu bastante e ficou saciado. Na grande migração para o baixo Paraná com gente das reduções, Montoya relata que os índios encontraram ao longo do trajeto uma erva que diminuiu a disenteria que devastava aquela multidão (ibid., p. 53).

Francisco Nelli e Ângelo Corrêa afirmam que os Guarani, além das roças em seus ranchos, semeavam em outros lugares como à beira dos rios, nas ilhas e nas trilhas que ligavam as suas aldeias e outros áreas de perambulação (2016, p. 101). Apesar de Montoya não fazer referência a cultivos ao longo dos caminhos, não significa que as folhas e a erva que os índios buscaram na mata não tivessem sido semeadas em outro momento. Ele não entrou com os índios na mata, ficou na trilha. Porém, ele constata que conheciam bem aquela flora e suas propriedades,

localizando e colhendo alimentos e remédio ao longo desses exaustivos caminhos.

Os traficantes que atravessavam o Guairá e, possivelmente, os portugueses de São Paulo também, dependiam do apoio de alguns grupos locais. Nos autos de averiguação de pessoas que entraram pelo “camino prohibido de San Pablo”,⁸ ou pela “via de S. Pablo”, como também se dizia,⁹ instaurados por autoridades da Província do Rio da Prata e Paraguai, são feitas referências ao apoio indígena ao longo do percurso. Há indicações de que, sem a mediação indígena, esses empreendimentos não poderiam ocorrer (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1949, pp. 20-23). Como indica José Carlos Vilaradaga (2017), esses traficantes sempre carregavam mercadorias de resgate – facas, tesouras, pentes de madeira, colares, tecidos, fitas de seda - como meio de garantir o livre trânsito, comida, guias, carregadores e remadores entre os índios da região.

Aliás, entrando um pouco na circulação desses mercadores, um processo intrigante, datado de 1621, trata da apreensão que fez o capitão J. Barba de Anãso de contrabando com portugueses na Cidade Real do Guairá (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, op. cit., p. 45). Uma lista extensa de mercadorias que incluía vários tipos de panos, roupas, peças variadas, peças de resgate e duas “mulecas” de pouco mais

⁸ Caminho ou a ligação pelo interior dessa porção do continente entre São Paulo e Assunção. Essa ligação foi proibida, já no século XVI, tanto por autoridades brasileiras quanto espanholas. Vilaradaga faz um interessante estudo sobre o uso desse caminho em sua tese (2014) e artigos (2017; 2019).

⁹ Afirmando que, quando entrou pelo “camino prohibido” porque era mais seguro para chegar a Assunção e que não trazia contrabando, Céspedes Xeria nos revela quais eram, possivelmente, as mercadorias comuns nesse tráfico: roupa, negros, criados, joias, prata. (ANAIS DO MUSEU PAULISTA, op. cit., p. 211).

de 10 anos. Vilardaga (2007), investigando a documentação do Arquivo Nacional de Assunção, nos inteira de que, dois anos depois, foi aberto novo processo, pedido pelo então governador da Província do Paraguai, Manoel de Frias, para apurar o paradeiro daquelas mercadorias. Informa-se que elas se encontravam distribuídas entre várias pessoas: os soldados, que eram “vecinos” na Cidade Real e, portanto, encomendeiros; o capitão, um vigário e, o que nos interessa aqui, o padre Joseph Cataldino, que cuidava da redução de Santo Ignácio. Com esse, foram encontrados alguns vestidos, talvez para dar ou trocar com as índias. Tal fato indica que, possivelmente, algumas das reduções também entraram no roteiro de alguns traficantes que atravessavam o Guairá.

Vale comentar que o movimento, particularmente de comerciantes e traficantes por esses caminhos proibidos, por terra e por via fluvial, só agora começa a ser mais bem investigado. Esse trânsito, dado a sua natureza ilegal, foi insuficientemente documentado. Mas o pouco que se tem lastreou a hipótese de Vilardaga (2014) segundo a qual, além do comércio, foram estruturados uma série de serviços de cuja dimensão não se tem ideia. Serviços como balseiro, fornecedor de alimentos e abrigo. Em processo datado de 1616, os quatro portugueses presos por autoridades espanholas porque haviam cruzado, sem autorização oficial, o Guairá vindos de São Paulo, relatam o apoio logístico em troca de pagamento tanto de colonos portugueses como de índios locais. Os quatro afirmaram que receberam ajuda, por cento e vinte *patacones* e roupas, de um colono português e seus filhos em São Paulo. E que, no Guairá, índios indicados pelo colono português lhes ensinaram o caminho e lhes deram de comer “por paga” (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO

PAULO, op. cit., pp. 20-23), o que sugere a existência de uma rede de contatos, ainda que primária, que viabilizava a travessia e, portanto, o negócio.

Embora europeus e euro-americanos transitassem pelos caminhos que cruzavam o Guairá, eram os índios, a quem estavam associados, que efetivamente controlavam e viabilizavam a sua circulação pela área. Portanto, toda essa perambulação não era independente da vontade dos grupos indígenas que dominavam aquelas terras. Foi possibilitada ou inviabilizada, em boa parte, pelas relações existentes entre os índios na área e a sua reação e resposta à invasão.

Sem o apoio dos índios e, fundamentalmente, sem alianças, as travessias por esses caminhos eram inviáveis. Alimentos, alianças, carregadores, remadores e guias eram mediados por trocas. Aliás, a própria decisão dos índios de aceitarem a redução é apresentada por Montoya como também mediada por trocas: “Invié a sus moradores algunos donecillos de ançuelos, cuchillos, cuetas, y otras cosillas qui aca no tienen valor, y son allá de estima” (MONTROYA, op. cit., p. 38).

Talvez essa dependência aos índios explica a atenção que os jesuítas e os colonos espanhóis conferiram às relações de poder internas nas aldeias e entre os vários grupos indígenas, e a sua distribuição no espaço. As mercês e encomendas a colonos de Vila Rica, em 1597, registram o nome dos chefes, a quantidade de pessoas existentes em cada aldeia e a localização de cada uma, tendo como orientação o rio próximo. (CORTESÃO, op. cit., pp. 121-135). Os jesuítas sabiam o nome de todos os chefes com que iam contactar, bem como daqueles que, acreditavam, tinham autoridade sobre outros tantos chefes de aldeias. Eram informados

também dos grupos que eram arredios ao seu contato (idem; MONTROYA, op. cit.).

A percepção de territórios étnicos e cacicados

Embora tendo consciência de que os índios não eram sedentários e afirmando que o Guairá era terra da Coroa espanhola, era comum os jesuítas associarem as lideranças indígenas e/ou um grupo ou uma etnia específica a um determinado sítio com limites incertos. As terras eram de Pindoviiú, Taiaová, dos índios Caballeros, dos Chiques e outros: “Padre, nuestro cazique Pindoviiú [...] embia a que vos llevemos a sus tierras (CORTESÃO, op. cit., p. 238) “hallamos a estos índios quando entramos en sus tierras” (idem). Eles entravam e saíam dessas terras, sugerindo limites. Montoya conta que ele e mais quinze índios, seus acompanhantes naquela jornada, entraram na aldeia de uns índios, segundo ele, fingidos, que os receberam bem, mas depois os atacaram, flechando sete dos que estavam com ele. Fugiram correndo e se arrastando por picadas estreitas, atravessando uma mata espessa com plantas espinhosas e lodaçal. Chegando a um rio, ouviram o barulho de gente remando. O padre relaxou ao verificar que era gente de uma aldeia amiga (MONTROYA, op. cit., pp. 39-40). Nesse caso, os limites avançavam além da área onde se localizava o núcleo da aldeia e por onde se espalhavam os ranchos, ou seja, as roças. Essa linha foi identificada a partir de quem perambulava pela área.

Em inúmeras cartas de mercês, os chefes e os fogos ligados a eles encomendados são singularizados pelo nome do chefe e/ou pela denominação do grupo e a sua localização, tendo como referência, em

geral, um rio. O fato demonstra que os espanhóis e *criollos* tinham percepção, não só do espaço físico como já acentuou Jaime Cortesão, mas das chefias, quantidade de fogos e da disposição espacial desses grupos indígenas. Uma das condições para continuarem em Vila Rica e explorarem o trabalho dos índios: “s.r Gover. Ju. rramyres de velasco hizo [...] encomienda en el capp.au di de guniga los cacique e yndios sig.es: en el rrio , del ycatu siete jornadas de ciudad arriba del piquiry dos caciques que se llaman el uno garcia ybivo ybivoyn y el otro se llama cayayu, cada uno dellos con diez y siete fuegos” (CORTESÃO, op. cit., p. 126).

Tanto para os jesuítas quanto para os colonos e agentes do Estado espanhol essas terras indígenas eram espaços de poder e domínio, que se buscava situar, seja para evitá-los seja para penetrá-los, visando conquistar, cativar, negociar ou pactuar com a liderança local. Entretanto, deve-se tomar cuidado em considerar essas descrições como uma expressão objetiva da territorialidade indígena.

A identificação e associação entre uma chefia e seu grupo a uma porção de terra é significado, por nossos testemunhos, a partir da projeção de uma realidade diferente daquela que se está vivenciando. Esses testemunhos utilizavam uma terminologia quanto às relações políticas e sociais indígenas próprias à Espanha da época. Montoya explica que os Guarani viviam em povoações pequenas, mas não sem governo. Tinham caciques que todos reconheciam como portadores de uma nobreza herdada de seus antepassados, que tiveram muitos vassallos. E completa: “Muchos se enoblessem con la eloquência del hablar [...] agregan gente, y vassallos con que quedan enobrecidos ellos y sus descendientes” (MONTTOYA, op. cit., p. 13).

Alfredo Jiménez (1990) indica que os espanhóis do século XVI generalizaram alguns vocábulos locais ou regionais para o continente americano todo, como, por exemplo, a palavra *cacique*, proveniente do Arawak caribenho. Sustenta também que os colonizadores, não raro, projetavam a organização política social europeia sobre as sociedades indígenas americanas, utilizando termos como *senhores*, *vassalos* e outros. Esses dois fenômenos são comuns, como vimos acima, nas descrições feitas pelos agentes do Estado espanhol e pelos jesuítas sobre o Guairá. Inúmeras vezes os testemunhos utilizaram termos como *vassalos*, *criados* e *governadores*, referindo-se às relações de poder entre os índios, bem como titulavam os chefes de aldeia de *caciques*: “al Tucuti, de donde aviendo embiado mensageros a explorar la tierra tuvimos buenas nuevas embiandonos un cazique principal un hijo suyo con algunos vassallos con los quales prosiguimos nuestro viaje” (CORTESÃO, op. cit., p. 229).

Um ponto interessante nessas descrições é que titulam os líderes indígenas de *caciques* e sustentam que alguns tinham um poder sobre áreas expressivas no Guairá. Montoya nos fala que vários caciques como Taiaová e Piraguatia eram muito respeitados e tinham autoridade sobre vários outros líderes. Alguns desses grandes líderes acabam tendo seus nomes sendo utilizados como topônimos de lugares.

Tanto a documentação das autoridades espanholas quanto a dos jesuítas denominam determinadas localidades como Província dos Taiaová (ibid., p. 319), terras de Caayu (idem), campos dos Gualachos (ibid., p. 255) e comarca de Taiaová (ibid., 245). Esses topônimos estimulam a ideia de que havia territórios indígenas amplos no Guairá, no século XVI e XVII. Entretanto, há de se chamar a atenção que esses

nomes expressam referências a entidades distintas. Enquanto Taiaová, Guairá remetem a chefes Guarani (ibid., p. 209),¹⁰ Chiquis, Gualachos, Guañana, Cavelludos/Camperos eram designações dadas a grupos Jê (Kaingang e Xokleng) até o século XIX (NOELLI; MOTA, 1999). Referiam-se, portanto, a grupos étnicos, (TOMMASINO; FERNANDES, 2018) que os jesuítas identificaram como não Guarani. Aliás, nos *Manuscritos De Angelis*, a referência à peculiaridade linguística, a descrição do aspecto físico, da indumentária, das aldeias desses grupos Jê demonstra o interesse dos jesuítas em conhecê-los melhor. A redução de Encarnação, criada em 1627 no Tibagi, foi povoada com Camperos/Cabeludos; a de São Miguel, criada em 1626, também no Tibagi, foram reduzidos Gualachos; Conceção e de São Pedro foram criadas em 1627 no Piquiri com duas parcialidades Jê: Gualachos e Guañana; Los Angeles do Taiaová, criada em 1627 no Corumbataí, reunia Guarani e Gualachos (SUSNIK, 1979-1980; SANTOS; BAPTISTA, 2007). Entretanto, embora os padres fizessem referências a seus chefes de aldeia, em particular, como Pindoviiú, que formou o grupo central de Nossa Senhora de Encarnação, localizam-nos distinguindo as suas terras pela denominação do grupo étnico.

Esses topônimos, como Taiaová e o próprio Guairá, assim como a descrição desses chefes e de seu poder, induziram muitos pesquisadores a identificarem a existência de cacicados nos séculos XVI e XVII

¹⁰ Ruy Diaz Guzmán (1835), informou, em sua crônica de 1612, que o nome Guairá era devido a um grande cacique daquelas terras. Informação repetida pelo padre Nicolás Mastrillo Durán em 1628 (CORTESÃO, op. cit.).

(NOELLI; MOTA, op. cit.; CHAGAS, op. cit.).¹¹ A cartografia assinala, por exemplo, a chamada Província dos Taiaovás¹² onde foi criada a redução de Jesus Maria em 1626; Los Angeles do Taiaová, que também aparece como 7 Arcanjos, em 1627 e, em 1628, formou-se a redução de São Tomé. Os jesuítas conseguiram a redução de um poderoso chefe denominado Taiaová, que depois foi batizado como Nicolas Taiaová, sua mulher como Maria e o filho como Pablo. Ele dominava vários líderes da área, segundo relatam: “De las tierras del Taiaova se han reducido a este Pueblo 27 caziques de los mas valentes que, por qualquiere alboroto se convocaron y davan en que entender como 400 familias” (CORTESÃO, op. cit., p. 256).

Francisco da Silva e Lúcio Tadeu Mota acreditam que a existência de cacicados no Guairá é anterior ao contato com os europeus e justificam sua posição lembrando que Alvár Nunez Cabeça de Vaca já havia identificado essa instituição na primeira metade do século XVI (op. cit., p. 3). John Monteiro comenta que os testemunhos identificam “territórios amplos a uma única chefia” quanto aos Guarani e esclarece que: “as denominações Guairá, Tayaobá e Guarambaré entre outras, além de nomes de caciques principais, também se referiam a unidades territoriais abrangentes” (1998, p. 481). Entretanto, questiona se efetivamente esses cacicados eram emergentes, resultantes de processos internos autóctones,

¹¹ O conceito de cacicado, utilizado por esses intelectuais, remete a uma organização política e social que, dentro da teoria evolucionista, representaria um estágio de desenvolvimento entre a tribo e o Estado. Sobre essa discussão *vide* o artigo de Márcia Arcuri (2007).

¹² Encontramos pelo menos outras três formas de grafar Taiaová: Taiaobá, Tayaova e Tayaobá. Optamos por homogeneizar uma única forma, Taiaová porque é a que é mais utilizada nos *Manuscritos da Coleção de Angelis*, mas respeitando a grafia original no caso das citações literais.

ou se algumas lideranças, em razão dos impactos da invasão europeia, tenham sido colocadas nesses papéis.

Há uma rica discussão entre os antropólogos sobre a diversidade e singularidade dos territórios indígenas, apontando a impossibilidade de analisá-los se partirmos da ideia de que território é equivalente à terra. Associação essa que observamos nas fontes. Dominique Gallois (2004), apoiando-se em Seegers e Viveiros de Castro (1979), afirma que terra e território são duas noções distintas. Quanto a território indígena, pontua que: “Concepções nativas de território, quando existem, e considerando-se suas variações, são essenciais ao entendimento das relações de natureza social que são tecidas entre diferentes comunidades, em redes extensas de troca de diversos tipos, apesar do encapsulamento em terras fragmentadas” (p. 39). Indica que, entre os Guarani, território não é uma noção que remete apenas ao espaço físico, mas, sobretudo, a concepções cosmológicas.

Conforme Seegers e Viveiros de Castro (op. cit.), tanto as formas de uso da terra como a percepção do território tribal variam entre as diversas etnias. E completam: “Nem sempre é aconselhável pensar-se mecanicamente a identidade tribal e étnica dos grupos sul-americanos a partir de um conceito de terra e território que foi produzido por uma outra realidade histórico-cultural” (p. 105). Portanto, não podemos tomar os relatos de espanhóis e jesuítas como expressão literal da realidade existente. O que veem, interpretam a partir de seus parâmetros culturais, estranhos às sociedades indígenas.

Embora possamos especular sobre as distorções do retrato apresentado pelos jesuítas e agentes do Estado espanhol distinguível na

projeção para as sociedades indígenas das relações de poder europeias (JIMÉNEZ, op. cit.), esse diagnóstico dos padres permitiu que circulassem, com uma certa segurança, na área e estabelecessem treze reduções entre 1610 e 1628. Bem como, facilitou, que os colonos espanhóis se utilizassem da mão-de-obra indígena na coleta de erva-mate até que suas atividades fossem comprometidas. Isso aconteceu não só pelas razias dos portugueses de São Paulo, mas também pela migração dos jesuítas para além das Sete Quedas, acompanhados de índios reduzidos que, em parte, serviam aos espanhóis. O relato de Montoya sobre o grande movimento para além do Guairá como reação aos ataques das bandeiras é indicativo da importância que os índios tinham para os colonos espanhóis. Ele conta que, juntamente com outros clérigos, desceu o Paraná em 700 balsas com um total de 10.000 índios das reduções de Nossa Senhora de Loreto, de Santo Ignácio (CORTESÃO, op. cit., p. 431) e alguns das reduções de Taiaová (Jesus Maria, Los Angeles e São Tomé)¹³ que chegaram com o padre Pedro de Espinosa (MONTROYA, op. cit., p. 51). A multidão foi impedida de seguir adiante, na altura do salto (Sete Quedas) pelos espanhóis *vecinos del* Guairá. Os colonos afirmavam que seria mais seguro para os índios permanecerem junto deles. Contudo, acabaram, por pressão, desimpedindo a fuga (MONTROYA, op. cit., p. 50).

Assim, embora os colonos e jesuítas estivessem em território espanhol, obedecessem às demandas do Rei e de seus representantes no Vice-Reino do Peru e Província do Rio da Prata e depois do Paraguai,

¹³ Maria C. Santos e Jean T. Baptista ressaltam que em Los Angeles havia tanto Guarani, quanto Jê, o que significa que talvez tenham migrado para o baixo Paraná alguns Jê junto com os Guarani (2007, p. 242).

instalados na Vila Rica do Espírito Santo e Cidade Real do Guairá, distinguem territórios indígenas, áreas de poder de determinados grupos. Buscam identificar os grandes líderes, para assim atingirem mais facilmente um número expressivo de índios, condição importante para a sua sobrevivência naquela fronteira.

Cabe ressaltar que a documentação apresenta indícios de que esses líderes também procuraram se utilizar desses europeus e euro-americanos e direcioná-los naquelas terras, inclusive na escolha de locais para as reduções (BARCELLOS, 2005, p. 105). Quando Montoya decidiu ir à aldeia de Pindoviiú, depois que esse o convidou, os caciques da redução de São Francisco Xavier buscaram dissuadi-lo da empreitada, afirmando que eram perigosos (CORTESÃO, op. cit., p. 138).

Tem se aventado que, no caso do Guairá, durante e após os ataques dos portugueses de São Paulo, iniciados em 1628, por um lado, houve por parte dos grupos indígenas que não foram escravizados ou que não migraram para o sul com os jesuítas, a adoção de aldeias menores (MOTA, 1997). Por outro, os grupos Jê, menos impactados demograficamente, avançaram sobre terras ocupadas anteriormente pelos Guarani. Francisco da S. Noelli (1999-2000), em interessante artigo em que recupera os estudos arqueológicos sobre a ocupação indígena do sul do Brasil, afirma que à saída dos Guarani, em razão das investidas bandeirantes no início século XVII, grupos de família Jê, entre eles os Xokleng, avançaram por aquele espaço.

Conclusão

A partir da década de 1630, a Província do Guairá, como uma divisão territorial da governação da Província do Paraguai e área de missão jesuítica, deixa de existir. Colonos, agentes do Estado espanhol e jesuítas a abandonam, e a referência àquela província e terras não tem mais por que ser feita nos relatórios e cartas oficiais. Em alguns mapas, como o do padre José Sanchez Labrador (CARDIFF, 1936), ela ainda é exibida no século XVIII. Na segunda metade desse século, foram localizadas as ruínas de Vila Rica do Espírito Santo (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, op. cit.) e as de Cidade Real do Guairá (CORRÊA, 2014) nos Sertões do Tibagi, durante a gestão do governador da capitania de São Paulo, D. Luis de Souza Botelho Mourão. No XIX e XX, o Guairá ou Sertão dos Carijós, renasce, para o Brasil, como história e patrimônio. A *Coleção de Angelis*, com documentos sobre o Guairá, é comprada pela Biblioteca Nacional, os sítios de algumas reduções são localizados e, assim como as vilas, tombados (SCHELL, 2014; PARELLADA, 2014).

Do abandono da área pelos colonos e agentes do Estado espanhol e pelos jesuítas, acompanhados por índios de algumas reduções, e do desastre demográfico das populações indígenas atingidas por pestes, escravidão, razias e migração, boa parte daquela imensidão a norte, noroeste, oeste e sudeste do atual Estado do Paraná parece ter sido abandonada à natureza. Esse vazio demográfico e cultural é uma ilusão criada pela ausência de fontes escritas e um reordenamento espacial das populações indígenas. Ainda que se tenha planejado e buscado, na segunda metade do século XVIII, criar núcleos com instituições do Estado colonial - a saber: um forte em Guarapuava, uma vila no sítio das ruínas de Vila

Rica e abrir caminhos transitáveis a cavalo - a maior parte daquela imensidão permaneceu uma fronteira étnica até a segunda metade do século XIX, e referida como sertão.

Mesmo depois de 1632, apesar do grande abalo demográfico que, pelos dados que se têm, atingiu mais agudamente os grupos Guarani (MELLIÁ, 1988), aquelas terras não foram despovoadas. Segundo Branislava Susnik: “las tierras hacia el rio Yrahy y rio Paraná quedron despoblados, pero permitiendo a muchas comunidades guaranies que vivian fugitivas y marginadas entre lo Gualachos o en bosques impenetrables, volver a acercarse al Paraná y restabelecer algunos contactos con los Guaranies Monteses libres en la outra orilla del rio Paraná” (op. cit., p. 141). Os arqueólogos nos informam que houve reestruturação dos grupos indígenas em termos de tamanho das aldeias (NOELLI; MOTA, op. cit.). Não se encontram mais referências sobre cacicados após o século XVII. A documentação possibilita inferir-se que aquelas terras continuaram a ser transitadas por colonos. Pelo menos é o que se pode deduzir da referência à “memória dos antigos”, pelos soldados de D. Luis de Souza Botelho Mourão quando penetraram aqueles sertões (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, op. cit.) assim como, do traçado de trilhas no mapa publicado em 1755 por Ângelo Pedroso Leme (PICANÇO; MESQUITA, 2011).

Um dos grandes problemas no estudo do Guairá é que o caracterizamos como território espanhol e português, inserindo-o em impérios coloniais que, em termos de soberania territorial, política e econômica na América, era pura abstração. Reproduzimos o engodo que

os documentos espanhóis, portugueses e jesuíticos construíram, ou seja, domínios de papel e palavras e não de posse e soberania efetiva.

Como ressaltamos neste artigo, apesar de os espanhóis e jesuítas conhecerem aquele espaço físico e político e haverem fundado três vilas; estabelecido treze reduções; criado a Ermida de Nossa Senhora de Copacabana, o Tambo, dependiam dos índios, de acordos e trocas feitas com eles para se manterem, ampliarem a sua ação e transitarem por lá. Mesmo tendo sido toda a documentação redigida por esses europeus ou euro-americanos; mesmo que estes sempre se coloquem como os sujeitos das realizações, por alguns pequenos detalhes, ela apresenta indícios de outros processos, outras histórias em andamento, outros protagonistas. Expõe um espaço com inúmeros territórios indígenas, em que, seja para habitar seja para perambular, espanhóis, portugueses de São Paulo, euro-americanos e jesuítas dependiam dos índios. Tiveram que ter noções sobre a dinâmica da política entre os grupos indígenas e buscar se integrar a ela para poderem atingir seus objetivos, assim como há indicações de que os índios também se utilizaram dos europeus.

Esses testemunhos nos mostram também que a fronteira ou o Sertão dos Carijós estava longe de ser um espaço isolado do litoral e da cidade colonial. Havia ligações comerciais, a circulação de mercadorias e de colonos e índios entre essas duas áreas, fluxo esse que continua, mesmo após as razias dos portugueses de São Paulo e a saída dos colonos espanhóis e jesuítas.

Referências

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, v. 076, 1956.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA. São Paulo, tomo I, 2ª. parte, São Paulo, 1922.

ARCURI, M. M. Tribos, cacicados ou Estados. A dualidade e centralização da chefia na organização social da América pré-colombiana. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, nº 17, 2007. pp. 305-320.

BARCELOS, A. H. F. Práticas jesuíticas na conquista territorial e colonização da América Meridional. In: PAGE, C. A. (Ed.). **Educación e evangelización**. La experiencia de un mundo mejor. X Jornadas Internacionales sobre misiones jesuíticas. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba/ Universidad Jesuítica, 2005. pp. 103-108. Disponível em: <http://carlospage.com.ar/wp-content/2008/06/educacion-y-evangelizacion.pdf#page=53>. Acesso: 09/01/2018.

CANABRAVA, A. P. **O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

CARDIFF, G. F. **Misiones y sus pueblos de guaraníes**. Buenos Aires: Imprenta Balmes, 1962.

CHAGAS, N. M. **Europeus e indígenas**. Relações interculturais no Guairá nos séculos XVI e XVII. Mestrado, UEM, Maringá, Brasil, 2010. Disponível em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000186005>. Acesso: 22/12/2017.

CORRÊA, D. S. **Paisagens sobrepostas**. Índios, posseiros e fazendeiros nas Matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: Eduel, 2014.

CORTESÃO, J. **Manuscritos da Coleção de Angelis**. Vol. I. Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspás**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GAY, J. P. **História da república jesuítica do Paraguai**. Desde o descobrimento do Rio da Prata até aos nossos dias, ano de 1861. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. [2ª Ed. anotada].

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**. O desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2004. pp. 37-41.

GUINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUZMÁN, R. D. **Historia argentina del descubrimiento, población y conquista de las provincias del Río de la Plata.** Escrita por Ruy Díaz de Guzmán, en el año de 1612. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/historia-argentina-del-descubrimiento-poblacion-y-conquista-de-las-provincias-del-rio-de-la-plata--0/html/>. Acesso: 06/02/2018.

HOLANDA, S. B. de. **Monções.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. [2ª.Ed.].

_____. **Caminhos e fronteiras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994. [3ª. Ed.].

_____. **Capítulos de expansão paulista.** São Paulo: Cia das Letras, 2014.

JAEGER, L. G. La Compañía de Jesús en el antiguo Guairá (1589-1631). **Pesquisas**, Porto Alegre, nº. 1, 1955. pp. 93-121.

JIMÉNEZ, A. Imagen y culturas: consideraciones desde la antropología ante la vision del índio americano. In: ESCUELA DE ESTUDIOS HISPANO-AMERICANO. **La imagen del índio en la Europa moderna.** Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Fundação Europeia de la Ciência, 1990. pp. 77-84.

MACHADO, L. O. Sistemas, fronteiras e territórios. In: **Terra limitanea: Atlas da fronteira continental do Brasil.** Rio de Janeiro: Grupo Retis/CNPQ, 2002. Disponível em: www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2002-sistemas-fronteiras-e-territorios-LOM.pdf. Acesso: 20/03/2018.

MONTEIRO, J. M. Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998. [2ª. Ed.] pp. 475-498.

MELIÁ, B. **El Guarani conquistado y reducido.** Ensayos de etnohistoria. Asuncion: Biblioteca Paraguaya de Antropología. Vol. 5. Asunción: Centro de Estudios Antropologicos de la Universidad Católica, 1988.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 2, n° 1, 1997. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2030>. Acesso: 27/06/2017.

_____. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. Maringá: Eduem, 2005.

MONTOYA, A. R. de. **Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesus, en las Provincias del Paraguay, Parana, Uruguay y Tape**. Madrid: Imprenta del Reyno, 1639.

NOELLI, F. da S. A ocupação humana da região sul do Brasil: arqueologia. Debates e perspectivas, 1872-2000. **Revista USP**, São Paulo, n° 44, 1999-2000. pp. 218-269.

_____; CORRÊA, A. A. Arqueologia regional e a construção das paisagens Guarani na margem esquerda do rio Paraná. **Cadernos CEOM**, Chapecó, v. 29, n° 45, 2016. pp. 87-112. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/3177>. Acesso: 20/09/2019.

_____; MOTA, L. T. Índios, jesuítas e bandeirantes no Guairá nos séculos XVI e XVII. **Revista Geonotas**, Maringá, v. 3, n° 3, jul/ago/set/1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280316510_Indios_jesuítas_bandeirantes_e_espahnóis_no_Guaira_dos_seculos_XVI_e_XVII. Acesso: 03/04/2018.

_____; TRINDADE, J. A. Fontes publicadas para a História do Guairá e das suas populações indígenas: 1538-1650. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 17, n° 18, 2003. pp. 301-348. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2212/1296>. Acesso: 29/03/2017.

NOVAIS, S. N. da S. **A ruínas de Xerez: marco histórico do colapso do projeto colonial castelhano em Mato Grosso (1593-1632)**. Mestrado, UFMS, Dourados, Brasil, 2004. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=21185. Acesso: 13/03/2019.

OSSANA, J. A. Las misiones jesuítas em la región del Guayrá em las primeras décadas del siglo XVII. **Mundo agrário**, Rosário, v. 8, nº 16, 2008. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/issue/view/v08n16>. Acesso: 04/01/2018.

PARELLADA, C. I. Coleções arqueológicas no Museu Paranaense. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 2, nº 1, 2014. pp. 72-92. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/2646. Acesso: 01/04/2020.

PARELLADA, C. I. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memorare**, Tubarão, v.1, nº 1, 2013. pp.24-42. Disponível em: http://www.portalperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/1884. Acesso: 01/04/2020.

PASTELLS, P. **História de la Companhia de Jesus en la provincia del Paraguay** (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolívia y Brasil), según documentos originales del Archivo General de Indias. Tomo I. Madrid: Libreria General de Victoriano Suarez, 1942.

PICANÇO, J. de L.; MESQUITA, M. J. O sertão do Tibagi e os diamantes de Manuel Ângelo Figueira de Aguiar. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Passado e presente nos velhos mapas. Conhecimento e poder. Paraty, 10 a 15 de maio de 2011. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simpósio/PICANCO_JEFFERSON_E_MESQUITA_MARIA_JOSE.pdf. Acesso: 08/03/2018.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Bandeirantes no Paraguai**. Século XVII. (Documentos Inéditos). Vol. 35. São Paulo: Publicação da Divisão de Arquivo Histórico, 1949.

SANTOS, M. C. dos; BAPTISTA, J. T. Reduções jesuíticas e povoados de índios. Controvérsias sobre a população indígenas (sec. XVII-XVIII). **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, nº 2, 2007. pp. 220-251. Disponível em: www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5904/3089. Acesso: 15/04/2017.

SCHALLENBERGER, E. O Guairá: colonização e missão. In: PAGE, C. A. (Ed.). **Educación e evangelización**. La experiencia de un mundo mejor. X Jornadas Internacionales sobre misiones jesuíticas. Córdoba: Universidad Católica de Córdoba/ Universidad Jesuítica, 2005. pp. 53-60. Disponível em: <http://carlospage.com.ar/wp-content/2008/06/educacion-y-evangelizacion.pdf#page=53>. Acesso: 09/01/2018.

SCHELL, D. C. Colecionando documentos, escrevendo história, imaginando uma nação: Pedro de Angelis e sua operação historiográfica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 18, n° 1, 2014. pp.170-176.

SEEGERS, A.; CASTRO, E. B. V. de. Terras e territórios indígenas no Brasil. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 12, 1979. pp. 101-109.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguai**. Etnohistória de los Guaranies. Epoca colonial. Asunción: Museu Etnográfico Andres Barbero, 1979-1980.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. Kaingang. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos indígenas no Brasil**. 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://piib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/print>. Acesso: 22/10/2018.

VILARDAGA, J. C. **São Paulo no império dos Felipes**: conexões na América Meridional. São Paulo: Fapesp/Intermeios, 2014.

_____. Na bagagem dos peruleros: mercadoria contrabando no caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n° 1, 2017. pp. 127-147.

_____. Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. **Revista de Indias**, Madrid, v. LXXIX, n° 277, 2019. pp. 659-695. Disponível em: <http://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/1110>. Acesso: 05/02/2020.

Mapas

BLAEU, J. **Paraquaria vulgo Paraguay Cum adjacentibus**, 1662. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514633/cart514633.pdf. Acesso: 03/07/2017.

CHATELAIN, H. A. **Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil, et du Pays des Amazones dressée sur les mémoires les plus nouveaux & les observations les plus exactes**. 1732. Disponível em: http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=611&lang=br. Acesso: 03/07/2017.

LABRADOR, J. S. Provincia de Guayra convertida por los jesuítas y destruida por los mamelucos portugueses, ultimo quarto do século XVIII. In: CARDIFF, G. F. **Cartografia Jesuítica del Rio de la Plata**. Vol. II. Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser Ltda, 1936. p. 42.

VICENZO, C. **America Meridionale**. Mare del Nort, 1692. Disponível em: http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=578&lang=br. Acesso: 03/07/2017.